Micro-história, trajetórias e imigração

Maíra Ines Vendrame
Alexandre Karsburg
Beatriz Weber
Luis Augusto Farinatti
(Orgs.)

E-book

OIKOS EDITORA

CAPES

Universidade Federal de Santa Maria
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História

Micro-história, trajetórias e imigração

Maíra Ines Vendrame
Alexandre Karsburg
Beatriz Weber
Luis Augusto Farinatti
(Orgs.)

Micro-história, trajetórias e imigração

E-book

Universidade Federal de Santa Maria
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
OIKOS EDITORA
CAPES
2015

© Dos Autores – 2015

Editoração: Oikos

Imagem da capa: Família de imigrantes. Museu do Vale Vêneto. Doação de Angelo Marin. Foto sem data

Revisão: Luís M. Sander

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):
Antonio Sidekum (Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (IHSL)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (UFSC e UNOCHAPECÓ)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luis H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M626 Micro-história, trajetórias e imigração. / Organizadores Maíra Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

266 p.; 16 x 23 cm.

E-book.

ISBN 978-85-7843-504-2

1. História – Imigração. 2. História social. 3. Imigração – Fenômeno histórico. 4. Construção – Patrimônio material e imaterial. 5. Imigração italiana. 6. Imigração alemã. I. Vendrame, Maíra Ines. II. Karsburg, Alexandre. III. Weber, Beatriz, IV. Farinatti, Luis Augusto.

CDU 981:325

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação 9

Parte 1. Artigo

Reflexões sobre família e parentela 12
Giovanni Levi

Parte 2. Escalas, narrativas e fontes na história

A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias ... 32
Alexandre de Oliveira Karsburg

Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX .. 53
Nikelen Acosta Witter

Sou lavrador e curo: saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista (Litoral Norte – RS) 67
Paulo Roberto Staudt Moreira

Sobre Angélica, José Maria e Jacinto: hierarquia social e padrinhos/madrinhas preferenciais escravos no sul do Brasil (1817-1845) ... 99
Luís Augusto Ebling Farinatti
Marcelo Santos Matheus

Uma Aldeia escravista e os seus chefes: Família e Hierarquias sociais na primeira elite charqueadora de Pelotas (1790-1835) 122
Jonas Moreira Vargas

Parte 3. Trajetórias e fontes para a história da imigração no Brasil Meridional

As mulheres imigrantes e suas "caixinhas de lembranças": memórias, fotografias e história 148
Syrléa Marques Pereira

Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa 162
Antonio de Ruggiero

Os imigrantes na Santa Casa de Porto Alegre: as possibilidades de pesquisa no acervo do Centro Histórico-Cultural/CHC-ISCMPA (Séc. XIX e XX) 182
Vera Lucia Maciel Barroso

Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional 200
Maíra Ines Vendrame

A imigração alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de São Leopoldo como estudo de caso 224
Marcos A. Witt

Parte 4. Palestra

Micro-história e história da imigração 246
Giovanni Levi

Sobre autores e autoras 263

Uma Aldeia escravista e os seus chefes
Família e Hierarquias sociais na primeira elite charqueadora de Pelotas (1790-1835)

*Jonas Moreira Vargas**

Como consequência das duras secas que afetaram as capitanias do Piauí e do Ceará, entre as décadas de 1770 e 1790, a freguesia de São Francisco de Paula (elevada à vila de Pelotas, em 1832) tornou-se a principal produtora de charque da América portuguesa vindo a abastecer parte dos mercados antes atendidos por aquelas duas regiões produtoras de carne-seca: as *plantations* açucareiras do nordeste e sudeste da colônia. Se em 1787, as exportações rio-grandenses do produto totalizaram 117 mil arrobas, em 1793 elas ultrapassaram as 400 mil e, em 1797 as 500 mil arrobas. Na década de 1800, a capitania exportou uma média anual de 820 mil arrobas, das quais mais da metade tiveram como destino Salvador e Recife (OSÓRIO, 2007). Conforme Caio Prado Júnior, em sua análise sobre a intensa produção do charque rio-grandense no período, "excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades" (PRADO JR, 1977, p. 103).

A formação do mencionado complexo charqueador em Pelotas foi impulsionada pela crescente demanda por alimentos que marcou o colonial tardio, visto o grande aumento populacional nas regiões de *plantations* do sudeste e do nordeste. Tais regiões receberam intenso fluxo de escravos africanos entre 1790 e 1830, por conta da expansão açucareira e cafeeira que caracterizou o período (FLORENTINO, 1997; BERUTE, 2006). Além disso, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro e a consequente política expansionista levada a cabo durante o período joanino, os vastos campos da Banda Oriental foram alvo de investidas militares, nas quais alguns milhões de cabeças de gado *vacum* foram saqueadas e deslocadas para as estâncias e fábricas rio-grandenses, favorecendo os negócios com o charque.

* Bolsista PNPD/Capes e Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS.

Contudo, a montagem do complexo charqueador-escravista pelotense inseria-se numa conjuntura muito mais ampla e que caracterizou a economia atlântica durante o período colonial tardio.[1] A notável ampliação do número de *plantations* açucareiras tanto no sudeste e no nordeste brasileiro, quanto no Caribe, provocou a entrada de centenas de milhares de escravos africanos nas mencionadas plantações criando uma elevada demanda por alimentos. Neste contexto, não apenas Pelotas como também Montevidéu e Buenos Aires, destacaram-se como os principais centros produtores de carne seca e salgada da América do Sul.[2] Portanto, a formação de tais complexos fabris (Pelotas e Montevidéu nos anos 1780 e Buenos Aires depois de 1810) fizeram parte de um mesmo processo onde o tráfico atlântico de escravos foi estruturalmente importante.[3]

Mapa 1 - Localização de Pelotas no espaço fronteiriço do cone sul americano (século XIX)

Fonte: BELL (1993, p. 400).

[1] Para uma análise da economia rio-grandense neste período ver: OSÓRIO (2007).

[2] Desde já é importante considerar que na maioria das fontes, "carne-seca", "charque" e "tasajo" (este último na região do rio da Prata) são tratados como sinônimos, enquanto a "carne salgada" era um termo destinado para as carnes preparadas e conservadas em barris com salmoura.

[3] Sobre a importância do tráfico de escravos para o Rio da Prata ver: BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N., 2004; KÜHN, 2012, p. 179-206; ALADREN, 2012.

É neste sentido que Pelotas inseria-se no *tasajo trail* atlântico estudado por Andrew Sluyter (2010, p. 98-120). Para o autor, esta rota mercantil de charque que ligava o Rio da Prata a Cuba conectava duas regiões e duas atividades produtivas na qual a escravidão era fundamental, criando um circuito mercantil lucrativo no qual a mercadoria principal, o *tasajo*, era fabricado "por" e "para" trabalhadores cativos. Além disso, Bertie Mandelblatt (2007, p. 21) insistiu para que se deixe de ver os escravos no mundo atlântico somente como trabalhadores e como mercadorias, passando a pensá-los também como consumidores. Seguindo estas premissas, pode-se perceber a ligação do charque com a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão a partir de uma tripla relação. Ao mesmo tempo em que a mão de obra cativa foi essencial para a montagem das charqueadas e *saladeros* no Rio da Prata e em Pelotas (aumentando a demanda por escravos na região), estas fábricas abasteciam as *plantations* atlânticas com um alimento rico em proteínas e de baixo preço. Além disso, o produto também acompanhava as tripulações dos negreiros que cruzavam o Atlântico garantindo os suprimentos dos escravos no retorno da África. Neste sentido, Sluyter afirmou que o *tasajo trail* ajudou a sustentar os mais proeminentes fluxos mercantis de açúcar e escravos que definiram a própria compreensão do mundo atlântico (SLUYTER, 2010, p. 101).

Contudo, o complexo charqueador-escravista pelotense é praticamente invisível nos trabalhos de estudiosos do comércio atlântico das carnes.[4] Neste sentido, o que acontece quando se ajusta o foco de análise a um nível microscópico? O que é possível analisar quando se olha para um lugar no qual, aparentemente, não acontece "nada de importante" – na visão daqueles observadores mais preocupados com as grandes flutuações de capital e de mercadorias num nível macro-econômico? Esse ajuste das lentes pode revelar-se bastante profícuo ao pesquisador. Pelotas surge como uma pequena aldeia perdida nas margens do Atlântico, e as relações sociais e econômicas estabelecidas pelos seus habitantes impressionam pela riqueza e possibilidades de estudo. Descendo ao *rés do chão* num emaranhado de fontes documentais, e sob inspiração da micro-história italiana, é possível perceber toda a complexidade relacional na qual os empresários escravistas do charque estavam inseridos. Mas não somente isso. Também é possível compreender parte deste mundo atlântico em movimento, suas engrenagens mais íntimas, além de entendê-lo de uma maneira mais aprofundada, sem cair em análises

[4] Como, por exemplo, SLUYTER , 2010; MANDELBLATT, 2007; RIXSON, 2000; PERREN, 1978; 2006. A exceção é Stephen Bell (1993; 2000).

simplistas que opõem um centro a uma periferia, eliminando qualquer possibilidade mais complexa de compreensão dos "povos sem história" – numa expressão ao mesmo tempo crítica e irônica utilizada por Eric Wolf (2005).

Pesquisando em diferentes fontes documentais foi possível verificar a presença de pelo menos 62 charqueadores em Pelotas entre os anos 1790 e 1835.[5] Estes empresários escravistas podem ser denominados como a *primeira geração* de charqueadores de Pelotas, mas ainda se sabe muito pouco sobre ela. Perseguindo suas trajetórias nesse ramo de negócios, percebe-se que assim como qualquer grupo de proprietários eles estavam hierarquizados internamente, sendo possível vislumbrar *uma elite dentro da elite*, que concentrava melhores recursos materiais, além de prestígio social e poder local. O presente texto evidencia estes critérios de distinção no interior do grupo, delimitando a primeira elite charqueadora pelotense, além de demonstrar que ela estava fortemente aparentada não apenas entre si, como também, por meio do compadrio, com indivíduos pertencentes às classes subalternas da sociedade.

Algumas breves considerações sobre a micro-história italiana

Os preceitos teóricos e metodológicos utilizados pela corrente historiográfica que se convencionou denominar *micro-história italiana* oferece alguns referenciais que norteiam parte das reflexões utilizadas em minha Tese de Doutorado (VARGAS, 2013). De forma bastante breve, Giovanni Levi considerou que os micro-historiadores, apesar de apresentarem referências teóricas variadas, possuem alguns traços comuns que auxiliam na orientação metodológica do seu tipo de abordagem analítica.[6] Estes elementos

[5] A listagem foi elaborada a partir de uma relação de charqueadores descrita por João Simões Lopes Neto nos anos 1920 e reproduzida por MARQUES (1987, p. 99-102). A partir dela, busquei complementar a lista localizando todos os proprietários que possuíam charqueadas em seus inventários *post-mortem* (abertos somente em Pelotas). Acrescentei outros nomes a partir das contribuições de outros autores, como Gutierrez (1993); Osório (2007); Arriada (1994). Muitos tiveram seu patrimônio inventariado somente depois de 1835 e outros não tiveram seus bens inventariados. É provável que tenham havido mais charqueadores, pois as primeiras fábricas eram muito rudimentares, podendo serem construídas e desmanchadas com poucos custos. Para maiores detalhes ver: VARGAS, 2013.

[6] Conforme Levi, a micro-história é "essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas". Como "todo trabalho experimental", ela "não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir", contudo, apresenta "elementos comuns" (e que "são cruciais") dentro da ampla "diversidade de material produzido" (LEVI, 1992, 133-134).

seriam a redução da escala de observação como um procedimento analítico, redimensionando a visão sobre o objeto em detrimento das interpretações macro-estruturais[7]; uma relação íntima, porém crítica, com a antropologia, buscando apontar a importância dos contextos decisórios que colocam os atores sociais num jogo relacional complexo e definem as configurações múltiplas segundo o caráter das decisões a serem tomadas pelos mesmos[8]; a possibilidade de se perceber através das trajetórias individuais, as respostas históricas formuladas pelos protagonistas em ação – procedimento este que pode implicar numa reinterpretação do próprio processo geral.[9]

Neste sentido, encontrei um ponto de partida teórico e metodológico para tratar da elite charqueadora pelotense no programa de pesquisa oferecido por Edoardo Grendi (1978). Considerados como os primeiros textos que inspiraram a experiência historiográfica da microanálise social (mais conhecida como micro-história italiana), os escritos de Grendi constituíram-se em um ponto de encontro de diferentes contribuições interdisciplinares que marcaram os anos 1960 e 1970.[10] No geral, estas referências vinham opor-se ao funcionalismo e ao estruturalismo marcante nos estudos das sociedades antigas, assim como a leitura neoclássica acerca da economia das mesmas sociedades agrárias. Da aproximação com a antropologia econômica, do diálogo com os estudos mais culturais de Edward P. Thompson (1998), da releitura da obra de Karl Polanyi (1980) e das interlocuções com o colega e amigo Giovanni Levi (2009) acerca do mercado de terras no Antigo Regime europeu, além de muitas outras referências, Grendi começou a formular um programa de pesquisa que via na microanálise das relações sociais um procedimento teórico e metodológico capaz de auxiliar na resolução dos pro-

---

[7] Segundo Levi, "o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados". Neste sentido, "a redução da escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ela presume que as delineações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada" (LEVI, 1992, p. 139-155).

[8] Ver, por exemplo, BENSA (1998, p. 39-76). Neste sentido, um dos principais eixos de orientação da micro-história seria uma maior preocupação com o comportamento social dos atores históricos. Para Levi "toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam" (LEVI, 1992, p. 135).

[9] Além dos trabalhos de LEVI, ver, por exemplo, o de CERUTTI (1998, p. 173-201).

[10] Para uma análise do mesmo ver LIMA (2006).

blemas de pesquisa que lhe interessavam e superar os rígidos esquemas macro-estruturais em voga na época (LIMA, 2006).[11]

As contribuições de Grendi iam no sentido de estudar os agregados sociais locais sem perder de vista o sistema mais amplo no qual os mesmos estavam inseridos. Partindo das famílias para entender melhor as unidades produtivas camponesas, as comunidades locais e os sistemas sociais maiores, Grendi defendia uma abordagem que aliasse à demografia histórica uma análise das relações sociais entre diferentes indivíduos e famílias. Era no nível micro que o historiador poderia observar os códigos culturais dos sistemas sociais mais amplos buscando compreender as regularidades que regiam as ações e os comportamentos dos homens nestes mesmos agregados sociais maiores. Os resultados desta imersão no nível micro deviam ser comparáveis com outros contextos históricos. Neste sentido, Grendi (1978) defendia uma média generalização das hipóteses de trabalho do historiador. Para ele, as sociedades agrárias e pré-industriais apresentavam-se como um cenário propenso às experiências microanalíticas e à generalização dos resultados, pois as sociedades camponesas constituíam-se no grande fenômeno social geral da história. Portanto, para uma compreensão mais complexa dos agregados sociais locais, os historiadores deveriam tentar investigar todas as relações sociais dos agentes envolvidos. Foi isto que Levi (2000) buscou empregar no seu estudo sobre Santena no século XVII. Esta *abordagem holística* tinha nítida inspiração no diálogo de Grendi com a antropologia social (LIMA, 2006, p. 151-223).

A preocupação de Grendi (1978) com a forma como as comunidades agrárias vinculavam-se aos mercados mais monetarizados também se apresenta como um importante modelo de análise. E aqui está a importância do uso do conceito de *broker* proposto por Grendi (2009, p. 27-30) no seu diálogo com a antropologia. Conforme Levi (2000, p. 51), os *brokers* ou *mediadores* emergiam dos "grupos locais de importância". Os *mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua "aldeia" e que, por conta disto, vinculavam a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua facção, mas que, indiretamente, beneficiavam outras

[11] Conforme o próprio Grendi, outras referências teóricas foram importantes para os seus escritos, como os modelos generativos propostos por Fredrik Barth, o interacionismo de Norbert Elias e o método da *Network Analisys* (GRENDI, 1993, p. VII). Neste sentido, o estudo das sociedades camponesas realizado por Eric Wolf e Sidney Mintz também contribuiu bastante para as suas reflexões (GRENDI, 1978).

famílias da localidade. O *mediador* possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava-o num potentado local e/ou regional. Os *mediadores* estão presentes (com maior ou menor intensidade) em todas as sociedades agrárias e pré-industriais onde um centro político com fins centralizadores incorpora outras localidades outrora autônomas ou independentes – as chamadas "periferias" de um sistema.[12]

É neste sentido que se deve atentar para as estruturas internas das localidades e compreender os fatores que condicionavam as suas hierarquias socioeconômicas, pois era a partir da concentração destes fatores que as suas elites emergiam alcançando espaços de atuação mais amplos. Daí a importância da antropologia econômica e da obra de Witold Kula (1979) nas reflexões de Grendi, pois se cada sistema econômico possuía as suas racionalidades próprias é nos seus pontos de contato, nas suas intersecções, que a *elite-broker* atuava com distinção, colocando os dois espaços econômicos em contato, intermediando as relações de troca entre ambos e provocando alterações na visão de mundo e nos valores culturais dos habitantes do meio agrário.[13] De tudo isto resulta um universo social com uma variedade de elites e hierarquias sociais locais e regionais que se relacionavam social, política e economicamente umas com as outras em relações de cooperação e conflito, onde sempre se abriam canais de mediação ocupados pelos mais bem "preparados" ou aqueles que se encontravam em uma situação/posição privilegiada para tal intento.

As reflexões trazidas por Giovanni Levi acerca das estratégias familiares e de como as redes sociais e os laços de parentesco eram de extrema importância no funcionamento das sociedades pré-industriais do Antigo Regime também sintetizam alguns dos pontos que inspiram a investigação microanalítica. Nas suas análises, as articulações entre os aspectos socioeconômicos sempre são vistas de maneira conjunta com as ações políticas, além da relevante importância dada aos pequenos grupos de elites locais, exatamente como Grendi propunha. Além disso, a microanálise das redes de relações sociais ajuda a destacar as relações clientelísticas, as trajetórias familiares (com os seus sucessos e os seus fracassos, coletivos e individuais), o papel

[12] Tratei mais profundamente deste conceito em outro trabalho. Ver: VARGAS, 2010, p. 287-320.

[13] Com relação ao uso do conceito de *mediador* ver: IMIZCOZ, 2001; SILVERMAN, 1977. As importantes contribuições de Eric Wolf foram compiladas em livro e podem ser acompanhadas em FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO (2003). Fiz considerações sobre o uso do conceito para uma história social da política em VARGAS (2010).

do mediador entre o centro e a periferia do sistema e a capacidade de negociação, adaptação e articulação dos atores históricos diante de novas conjunturas políticas e econômicas e de transformações de caráter sociocultural (LEVI, 1985; 2000).

Neste sentido, as famílias apresentam-se como agentes fundamentais. E aqui me refiro às *famílias extensas* formadas por casais nucleares ligados por meio de laços consanguíneos e espirituais a outros indivíduos e casais não co-residentes.[14] A charqueada era uma empresa familiar e seus proprietários buscavam agir de forma estratégica para manter o patrimônio da família nas gerações seguintes e encaminhar os demais filhos e filhas na vida adulta. Apesar do termo "estratégia" atribuir uma racionalidade demasiada aos agentes, como alertou Grendi (1998, p. 253), segui as premissas de Levi (2000) que buscou despi-lo de significados tão rígidos, considerando-o e reafirmando-o como um comportamento que, apesar de racional, era limitado e seletivo. Esta *racionalidade limitada* obedecia, portanto, aos condicionantes estruturais e conjunturais nos quais a família agia e interagia, contribuindo para romper ou reforçar os próprios traços desta estrutura social. Neste sentido, a política sucessória constituiu-se em outro fator de distinção entre as famílias charqueadoras mais ricas e as menos ricas, conformando uma prática de elite que buscava a reprodução social de sua posição (VARGAS, 2013).

Desta forma, proponho que os charqueadores não devam ser entendidos somente como uma categoria socio-ocupacional homogênea, mas sim, a partir das suas relações sociais em diversos âmbitos para além do econômico. É neste sentido que busco observá-los assimilando algumas ideias desenvolvidas por Simona Cerutti (1998). Para a autora, devemos tomar cuidado com as classificações socioprofissionais e com o pressuposto de que os charqueadores "podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou". Ao invés disso:

> Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias socioprofissionais – exógenas ou contextuais – mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento (CERUTTI, 1998, p. 182-183).

[14] Neste sentido, ver: VARGAS, 2010.

Portanto, creio que para uma melhor compreensão do estrato superior entre os charqueadores pelotenses é necessário levar em conta outras relações fundamentais para a consolidação da sua posição de elite. A sua importância para o presente estudo deve-se principalmente à sua riqueza acumulada e à posição que os mesmos ocupavam na hierarquia social local. Neste sentido, os charqueadores pertenciam, antes de tudo, à elite econômica não apenas da província, como do Império do Brasil, ou seja, eles estavam entre os proprietários mais ricos de sua época. Observar quem eram os indivíduos que compunham a primeira geração de charqueadores em Pelotas é observar, em escala microscópica, o próprio desenvolvimento das elites regionais que se desenvolveram durante o colonial tardio em toda a América portuguesa. Mas não somente isso. É compreender, de forma integrada, como a economia mercantil atlântica "funcionava", por meio da ação dos seus múltiplos agentes, nas suas engrenagens mais profundas… ao rés do chão.

A primeira geração de charqueadores pelotenses

O fluxo de escravos para o sul do América portuguesa e a chegada de novas pessoas de distintas procedências fez a população de pelotas saltar de 2.419 habitantes, em 1814, para 10.873, em 1833. A porcentagem de escravos, que já era alta em 1814 (50,7%), aumentou para 51,7% nos anos 1830. Neste último período, dos 5.623 escravos existentes na localidade, cerca de 67,4% eram africanos e 71,5% eram homens. Eram índices bastante altos para a época, sendo comparáveis às regiões de *plantations* brasileiras (VARGAS, 2013, p. 113-115).

A principal causa deste incremento populacional foi a montagem do complexo charqueador pelotense. Se em 1822, havia 18 charqueadas nas margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo, em 1835, existiam aproximadamente 35 charqueadas na localidade. Foi neste período que Pelotas recebeu um contínuo fluxo de escravos, tornando-se, em 1835, uma "cidade negra" e dependente da mão de obra cativa. A média de escravos por charqueador (localizada nos inventários *post-mortem* entre 1810 e 1835) era pouco mais de 60, sendo que alguns proprietários possuíam mais de 150 escravos. Portanto, o período entre 1790 e 1835 pode ser entendido como a fase inicial do ciclo das charqueadas pelotenses, cujo espetacular arranque foi facilitado pelo fácil acesso às terras, ao gado e aos escravos.[15]

[15] Para uma análise mais aprofundada deste mencionado período ver: VARGAS, 2013.

Como Helen Osório já demonstrou, a elite mercantil estabelecida em Rio Grande, no último quarto dos setecentos, era proveniente de diferentes lugares do Império português. Além disso, muitos deles inverteram seus ganhos mercantis na montagem das primeiras charqueadas da região (OSÓRIO, 2007). Neste sentido, não causa surpresa que boa parte dos charqueadores desta primeira geração possuía origens semelhantes. Localizei esta informação para 48 deles (77,5%).[16] Destes, 23 eram nascidos na América portuguesa, 22 no Reino, 2 na Colônia de Sacramento e 1 na Espanha. Dos luso-brasileiros, 3 eram mineiros, sendo um de Diamantina e outro de Mariana, 2 eram do Rio de Janeiro e 1 era de Recife. Os demais eram nascidos na capitania sul-rio-grandense. Entre os reinóis, a metade era formada por minhotos e 3 vieram de Lisboa, 2 de Coimbra e 1 das Ilhas. A predominância dos minhotos num grupo com forte caráter mercantil foi comum na época, como atestaram outros autores.[17] Portanto, eram homens de diferentes locais do Império português e um nascido na Espanha. Trata-se de um perfil um tanto distinto entre os saladeiristas de Montevidéu e Buenos Aires, uma vez que nenhum estrangeiro de língua inglesa ou francesa foi proprietário de uma charqueada pelotense no período, algo muito comum entre os platinos (VARGAS, 2013).

A diversidade de locais de procedência e as suas respectivas redes de relações para com agentes fora da capitania foram fundamentais na montagem do complexo charqueador escravista em Pelotas. A inserção dos charqueadores em tais redes mercantis viabilizava um melhor acesso ao tráfico negreiro, ao comércio atlântico, aos espaços de poder político e redes de informações e favores, de amplo ou curto alcance, dependendo dos indivíduos com quem os mesmos vinculavam-se. Neste sentido, o fato de um complexo fabril escravista ter sido montado por comerciantes de diferentes localidades é revelador do nível de interação social e de conexão mercantil em que os mesmos estavam inseridos. Em suma, o complexo charqueador em Pelotas, assim como no Prata, foi resultado do investimento particular de alguns *negociantes imperiais* – na definição de João Fragoso (2002) – com capitais financeiros e relacionais suficientes para tal intento.[18]

Apesar de compartilharem dos valores escravistas, monárquicos e católicos do Império português, estes primeiros charqueadores traziam conhe-

[16] As informações foram coletadas nos testamentos, em genealogias e publicações relacionadas à história de Pelotas (VARGAS, 2013).

[17] Ver, por exemplo, PEDREIRA, 1995; ALMEIDA, 2001; OSÓRIO, 2007.

[18] Helen Osório percebeu que as primeiras gerações de comerciantes no Rio Grande eram formadas por mercadores oriundos do Rio Janeiro (OSÓRIO, 2007).

cimentos, padrões culturais e experiências distintas para o interior da comunidade pelotense. Um exemplo disso pode ser dado na trajetória do charqueador José Pinto Martins. Natural do Porto, José era filho de um cavador de poços pertencente a uma família de lavradores da freguesia de Mexomil, no Porto. Migrou para o Ceará, onde, na companhia de outros 3 irmãos, encabeçou os negócios de charque e comércio em Aracati por muitos anos (VIEIRA JR, 2009).[19] Nos fins da década de 1780, Pinto Martins encontrava-se como negociante em Recife, e menos de 10 anos depois, já estava em Pelotas, fabricando charque. Mesmo residindo no sul do Brasil por mais de 30 anos, suas redes de relações pessoais com o nordeste mantiveram-se vivas. Em seu testamento, Pinto Martins deixou 200$000 para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Pernambuco, da qual ele fazia parte, pedindo para que fossem rezadas "missas pelas almas dos falecidos irmãos terceiros da dita ordem". Isto demonstra que, além das conexões mercantis com Recife, Pinto Martins continuou mantendo relações de caráter pessoal e afetivo na mesma cidade, para onde havia recentemente remetido um brigue carregado de charque, conforme uma conta no seu próprio inventário.[20]

Outro caso pode ser encontrado na trajetória de Domingos José de Almeida. Nascido em Diamantina, na capitania das Minas Gerais, Domingos encontrava-se realizando negócios na Corte, quando partiu para o Rio Grande onde planejara comprar uma tropa de mulas. Chegando no sul, acabou ficando por aquelas terras.[21] Por meio do matrimônio inseriu-se numa das famílias de charqueadores mais poderosas de Pelotas, onde, ele próprio erigiu uma charqueada próxima à fábrica do seu sogro. De acordo com Carla Menegat, quando Domingos foi vereador na Câmara de Pelotas, usava exemplos da administração municipal em Minas Gerais para defender suas propostas (MENEGAT, 2010). Outro caso pode ser visualizado na trajetória do espanhol Domingos Rodrigues que, uma vez estabelecido em Pelotas, ergueu sua charqueada e alcançou riqueza e prestígio notáveis. Seus dois filhos, nascidos no Rio Grande do Sul, dividiram-se entre os negócios no Uruguai e no Rio de Janeiro (VARGAS, 2013).

Pelo fato do Rio ser o principal porto da América portuguesa, os olhares e projetos destes comerciantes e charqueadores rio-grandenses es-

---

[19] Habilitação de Familiares, maço. 157, doc. 1267. Direção Geral de Arquivos. Torre do Tombo (Lisboa).

[20] Inventário de José Pinto Martins, n. 354, m. 15, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1832 (APERS).

[21] Carta de Domingos para o presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, Pelotas, 07.12.1859. *Anais do AHRS.* Porto Alegre: Corag, v. 3, 1978, p. 154.

tavam sempre atentos aos seus fluxos mercantis (OSÓRIO, 2007; BERUTE, 2011). Com a vinda da família real, em 1808, e o estabelecimento da Corte na mesma cidade, esta proeminência tomou proporções políticas e administrativas ainda maiores. Os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro atuavam em setores-chave da economia colonial, como a exportação de açúcar e café, o abastecimento de alimentos e o tráfico atlântico, entre outros. Como o Rio Grande do Sul não participava diretamente do comércio com os portos da África e, até 1808, nem com outros portos do Atlântico norte, os charqueadores tiveram que estabelecer relações mercantis com agentes externos ao porto sulino. Neste sentido, a formação de circuitos mercantis repletos de relações sociais, de clientelas e redes de reciprocidade entre agentes de diferentes regiões foi comum na época e tornou-se fundamental para o funcionamento do mercado colonial e o desenvolvimento das próprias elites coloniais no interior do Império português (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

No entanto, nem todos os charqueadores eram comerciantes e somente uma minoria conseguia atuar em ambos os ramos de atividades com sucesso. Uma análise mais profunda das atividades econômicas realizadas pelos charqueadores desta primeira geração revela uma significativa presença de alguns deles no alto comércio. Rastreando os inventários *post-mortem* dos 62 charqueadores atuantes na época, elenquei somente aqueles que tiveram seus bens avaliados antes de 1850, totalizando 28 documentos. Destes 28, pelo menos 7 possuíam embarcações de longo curso, como sumacas, bergantins e brigues (alguns em sociedade com outros comerciantes) (VARGAS, 2013). Como eu já disse, tratava-se de um grupo pequeno. Contudo, os inventários *post-mortem* não são suficientes para dar conta deste tipo de pesquisa, pois, muitas vezes, os charqueadores faleciam numa idade mais avançada de suas vidas, quando já haviam abandonado as atividades mercantis, buscando uma condição econômica mais segura – algo comum entre os comerciantes da época (FRAGOSO, 1998). Portanto, é necessário buscar mais vestígios da sua atuação mercantil em outras fontes. Nas escrituras públicas de compra e venda realizadas em Rio Grande entre 1808 e 1835, por exemplo, 7 charqueadores aparecem negociando embarcações marítimas (alguns mais de uma vez e 4 deles não são os mesmos que localizei nos inventários), indicando que atuavam no comércio marítimo.[22] Buscando os nomes de todos os

[22] Livros de notas do 2º Tabelionato de Rio Grande (1808 a 1850) - APERS. Agradeço a Gabriel Berute tanto pela busca nominal em seu Banco de Dados quanto pelo fornecimento destas informações.

charqueadores nos livros de matrículas da Real Junta de Comércio da Corte, entre 1808 e 1835, também foi possível verificar a presença de 10 deles entre os matriculados como "negociantes de grosso trato" nas praças mercantis do Rio Grande do Sul.[23]

Cruzando todas estas listagens (os inventariados com embarcações, os que as negociaram a partir das escrituras e os matriculados na Corte), é possível considerar que, dos 62 charqueadores desta *primeira geração*, um grupo em torno de 12 a 15 charqueadores (19% a 24%), dependendo dos critérios que se usa, pode ser analisado de uma forma distinta dos demais no que se refere às suas atividades mercantis, pois seus integrantes tiveram uma relação mais próxima com o comércio marítimo de longo curso, seja atuando diretamente nestas atividades por meio de suas embarcações, seja atuando na exportação e importação a partir dos armazéns do porto de Rio Grande (VARGAS, 2013).

Mas seria um equívoco buscar definir a primeira elite charqueadora somente através de critérios econômicos. O reconhecimento da autonomia política e do papel das elites locais no governo de seus povos constituía-se num traço estrutural do Império português.[24] E desta dinâmica surgiu uma prática de distribuição de mercês régias, comendas honoríficas e distinções que denotavam a posição social dos seus portadores e que ainda estavam vigentes no início do oitocentos.[25] Dos 62 charqueadores, por exemplo, pelo menos 12 receberam a patente de capitão, 2 a de tenente e 1 a de coronel – dentre os quais estavam muitos dos mais atuantes no comércio marítimo – e outros 6 possuíam comendas honoríficas, denotando um grande prestígio social local. Uma vez que a participação nos mercados regionais e as concessões de crédito eram atividades repletas por relações pessoais, é possível imaginar, como demonstrou Tiago Gil, o grau de influência que estes charqueadores-capitães exerciam em tais operações (GIL, 2009).[26] Somando todos os

---

[23] *Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros.* Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Códice 170 (volumes 1, 2 e 3). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

[24] Como demonstraram BOXER, 2002; FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001; MONTEIRO, 2005.

[25] São muitas as pesquisas que evidenciam estas práticas na América portuguesa. Ver: GOMES (2010); STUMPF (2009).

[26] Estudando o comércio de tropas entre Viamão, Curitiba e Sorocaba, Gil considerou: "Em primeiro lugar, deve-se ter em conta a importância dos oficiais, especialmente os capitães, na economia local, como agentes econômicos diretos, comandando negócios, criações de animais, lavouras, lavras de minérios, dentre outras atividades que constituíam a base da economia regional. É certo que era uma economia relativamente pobre, se comparada, por exemplo, com os negócios desenvolvidos na Praça do Rio de Janeiro na mesma época. Mas eramestes capitães locais, à exemplo dos capitães e coronéis Carneiro Leão e Gomes Barroso, que comandavam a dinâmica

charqueadores que atuavam no comércio marítimo de longo curso com os que possuíam patentes de oficial e comendas honoríficas (alguns dos capitães e comendadores também eram grandes negociantes) tem-se 24 charqueadores. Se havia uma elite na primeira geração de charqueadores ela era formada por estes proprietários que compunham 38,7% do grupo. Eram homens como Antônio José Gonçalves Chaves, José da Costa Santos, Domingos Rodrigues, Boaventura Rodrigues Barcellos, Domingos de Castro Antiqueira, Antônio José de Oliveira Chaves, entre outros. Eles estavam entre os maiores escravistas do grupo e os mais ricos não apenas de Pelotas, como da província inteira (VARGAS, 2013). Portanto, Pelotas já nasceu com uma riqueza, prestígio social e *status* altamente concentrados nas mãos de poucas famílias e não causa surpresa que elas apresentavam um significativo grau de parentesco entre si.

Sogro capitão… compadre pardo

No entanto, quando se deixa de examinar somente os indivíduos e se busca verificar os graus de parentesco entre os charqueadores aqui analisados é possível verificar que a elite dentro da elite estava fortemente aparentada, formando um núcleo que além dos vínculos sociais com comerciantes de fora da província também possuía laços de parentesco com os próprios charqueadores (VARGAS, 2013). Dos 62 charqueadores aqui analisados, 36 aparecem como padrinhos dos filhos de outros charqueadores do mesmo grupo nos registros paroquiais de batismo da paróquia de São Francisco de Paula, entre 1812 e 1825.[27] Somando-se os laços de parentesco matrimoniais (considerei sogros e genros, cunhados e charqueadores cujos filhos e filhas casaram-se unindo ambas as famílias) e consanguíneos (considerei somente irmãos, pais e filhos, tios e sobrinhos), a teia de relações parentais apresenta uma nítida concentração (ver Gráfico 1).

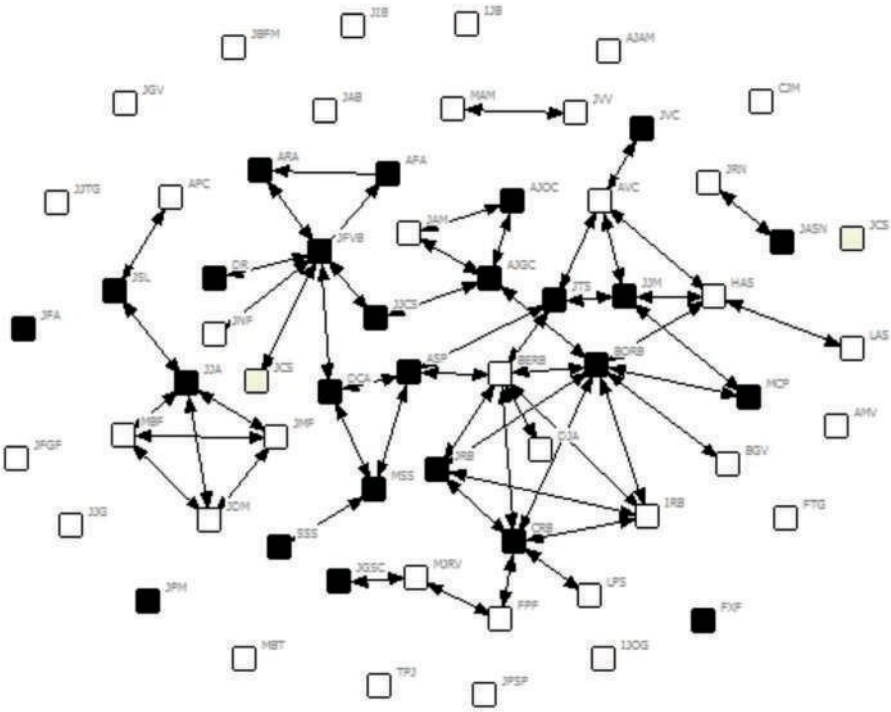
No Gráfico 1 os pontos marcados em preto são comerciantes-charqueadores matriculados e/ou proprietários de grandes embarcações marítimas e

econômica. No caso da rota das tropas, os capitães eram os senhores daquela pobre economia, como os do Rio de Janeiro eram de *grossa aventura*" (GIL, 2009, p. 227). Sobre a organização das milícias e tropas militares no Império português ver: GOMES, 2010.

[27] Tive acesso aos originais dos Livros de Batismo de Livres e Escravos graças à historiadora Dúnia Nunes que me disponibilizou-os em formato digital. A análise dos dados não teria sido possível sem o auxílio do historiador Leandro Oliveira, que trabalhou na transcrição dos mesmos. Agradeço a ambos pela gentileza.

charqueadores com comendas e/ou patentes de milícias, podendo um único indivíduo concentrar mais de uma destas distinções, como já mencionei. A partir dele, pode-se perceber que este grupo, composto pelos mencionados 24 indivíduos da *elite charqueadora*, era fortemente aparentado entre si, concentrando a maioria dos vínculos representados no gráfico. Os charqueadores sem nenhuma das mencionadas distinções estavam mais soltos e sem laços parentais com outros charqueadores. Isto evidencia uma prática endogâmica entre as famílias do topo do grupo, sedimentada por relações de compadrio e parentesco consanguíneo. Neste sentido, pode-se dizer que a primeira elite do complexo charqueador escravista pelotense parecia formar uma *grande família.*

Gráfico 1 – Vínculos de parentesco entre os 62 charqueadores de Pelotas (1790-1835)[28]



Fonte: Livro de batismo de livres, n. 1 (Mitra diocesana de Pelotas); Testamentos e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

[28] As representações das redes foram montadas utilizando o software UCINET versão 6 for Windows. Para a listagem dos charqueadores com suas respectivas siglas ver: VARGAS, 2013.

Contudo, os laços parentais estabelecidos pelos charqueadores não se davam apenas no sentido horizontal e sua verticalidade não encontrava somente vínculos para cima. Conforme Mário Carvalho, o charqueador Domingos Antiqueira, neto de índios, possuía uma chácara na Ilha dos Marinheiros, a qual denominou "Filantropia", porque "o produto de sua renda contribuía para o bem estar de grande número de famílias pobres" (CARVALHO, 1937, p. 127-128). Segundo Alves, estas pessoas pobres deveriam ser descendentes da tribo a qual pertencia o seu avô.[29] Difícil avaliar a veracidade destas afirmações, mas rastreando a vida de Antiqueira descobri, em seu inventário, que ele realmente possuía uma Fazenda chamada "Filantropia" e que ela se localizava na Ilha dos Marinheiros. A busca também revelou que, em 1820, ele batizou Leopoldino, filho legítimo do índio Joaquim Lencina com Francisca Antônia – indicando que as afirmações dos autores podem ter um fundo de veracidade.[30]

Esta história abre um espaço para se pensar que, assim como outras elites, os charqueadores também imprimiam sua autoridade local na legitimação do exercício de dominação social sobre as camadas mais pobres da sociedade. Sobretudo na época das safras, os charqueadores e as classes subalternas em geral conviviam e circulavam por praticamente os mesmos espaços e seria demasiado simples considerar que a sua aproximação se pautasse exclusivamente em relações de conflito. Não é demais lembrar que, nesta época, mais da metade da população era escrava e algo próximo de 1/3 era branca (VARGAS, 2013). Neste sentido, é possível perceber que as charqueadas, segundo relatos de contemporâneos, funcionavam como aldeias aglutinadoras de diferentes setores da sociedade, reunindo grande população de cor, entre cativos e libertos. Nas palavras do abolicionista Alberto Coelho da Cunha, as charqueadas possuíam o seu "agregado próprio":

> Onde quer que um estabelecimento de charqueada existisse, pelos seus arredores tinha-se formado um agrupamento de ranchos de moradia do pessoal

[29] Genealogia construída por Luiz Antônio Alves. Para maiores detalhes da sua obra "Memorial Açoriano" (que totaliza 52 volumes de pesquisa genealógica) ver http://www.fuj.com.br/?a=livro (consultado pela última vez em 30.05.2013). Um catálogo mais sintético pode ser consultado em ALVES, 2005.

[30] Com este exemplo, reforço o fato de que estou analisando somente um grupo de elite. Os charqueadores batizaram filhos de um grande número de pessoas de diferentes estratos sociais. Mas foge às pretensões desta pesquisa tratar de todos estes vínculos. Além do mais, eles também casaram seus filhos com famílias de outros grupos sociais, como criadores e negociantes. O papel das mulheres no interior destas malhas parentais de compadrio e matrimônio também merece ser pesquisada de forma mais aprofundada. Para um bom exemplo do que se pode analisar a partir de tais questões, ver: HAMEISTER, 2006.

> de dependência do movimento da fábrica e nas suas aproximações, situada a uma volta do caminho, a vendinha a que se iam suprir dos gêneros de consumo diário (…) Nas aproximações das charqueadas se foram localizando famílias de trabalhadores, colocando os seus arranchamentos à feição de aldeolas, agasalho de braços prontos a acudir ao içar da bandeirola que anunciava a hora da matança. Certa animação alegrava as suas cercanias, por ser incessante, no tempo das safras, o movimento de gente que, a pé e a cavalo, ou de carroças e carretas, entrava e saía pela porteira da charqueada (ARRIADA, 1994, p. 91-93).

As impressões de Cunha, que era filho de um charqueador, demonstram que se nas entressafras aqueles estabelecimentos já eram rodeados de uma população de dependentes, no período de abate, a quantidade de pessoas a orbitarem as pequenas fábricas aumentava bastante. Mas além dos escritos de Cunha, outros dois relatos, desta vez de contemporâneos que estiveram em Pelotas na década de 1810, oferecem uma visão interessante do espaço social em que os galpões de charquear estavam erguidos. Conforme John Luccock:

> Uma grande extensão de terra é ali designada pelo nome de charqueadas, sendo famosa pela sua produção luxuriante e pelo seu gado numeroso e nédio. Vêem-se casas disseminadas por ali, muitas delas espaçosas, e algumas com certas pretensões ao luxo; existem capelas anexas a muitas delas e em volta de uma encontra-se tamanho número de habitações menores que o conjunto bem mereceria o nome de aldeia (LUCCOCK, 1975, p. 142).

De acordo com o relato do comerciante inglês, muitas das charqueadas possuíam capelas anexas, e uma delas, que ele diz ter visto, era cercada por um número de habitações menores. A associação das charqueadas com uma aldeia e o destaque dado para as capelas, no centro do território das mesmas, também se encontram em Nicolau Dreys:

> A pouca distância da cidade e rodeando-a como um centro, estão as charqueadas do Rio Grande (…) formando cada uma delas um círculo de população especial, tão vasto às vezes e encerrando um número tal de brancos, de agregados e de negros de serviço, que parece, à primeira vista, uma verdadeira aldeia com suas ruas e sua capelinha, cujo campanário domina em certas charqueadas as diversas moradas dos habitantes (DREYS, 1961, p. 117-118).

Estes trechos não poderiam ser mais eloquentes e destacam, além do caráter concentrador em termos populacionais, o fator religioso que o espaço charqueador representava – tendo em vista a centralidade de suas capelas e oratórios. Este aglomerado de pessoas que rodeavam as charqueadas, fossem familiares, livres pobres, agregados ou escravos, também pode ser atestado por outros relatos. Conforme Fernando Osório, a charqueada que Pinto Martins construiu em Pelotas atraiu grande número de pessoas, algumas

das quais se empregaram por ali, sendo que outras famílias se arrancharam em torno do estabelecimento (OSÓRIO, 1997, p. 54-55). Nesta ocasião, o próprio Pinto Martins teria se arranchado nas terras da família Silveira e não estava sozinho, pois daquele mesmo espaço compartilhavam outras famílias, além de charqueadores que margeavam os principais rios de Pelotas (MONQUELAT, 2009, p. 124-125). Foi em decorrência desta proximidade que Pinto Martins conheceu as mães dos seus três filhos ilegítimos (reconhecidos em testamento). O charqueador, que sempre permaneceu solteiro, revelou que uma das mães era a parda Antônia, que havia sido escrava na Fazenda Pelotas (a principal propriedade da família Silveira na época), e outra delas, "Francisca crioula forra", havia sido cativa do charqueador João Duarte Machado – genro de dona Dorotéia da Silveira.[31]

Foi no mencionado "círculo de população especial", que também reunia os agregados, os libertos, os índios e, principalmente os escravos, que Pinto Martins encontrou as mães dos seus herdeiros reconhecidos em testamento. Além dele, que permaneceu solteiro, e Antiqueira, que, apesar de ter tido três esposas ao longo da vida, teve filho com a parda forra Genoveva, o charqueador Ignácio José Bernardes, sócio de Pinto Martins, também teve 3 filhos pardos: José Ignacio Bernardes da Costa, Eugênia Ignacia dos Prazeres e Ignacia Xavier dos Prazeres. Apesar de não citar o nome da (s) mãe (s), no mesmo documento o charqueador deixou dois escravos para a parda Domingas Xavier e mandou descontar os 600$000 que o filho José da Costa gastara na Bahia, sem a sua autorização, o que pode indicar a sua conexão com os portos do nordeste.[32]

Estes casos revelam uma interessante abertura, mesmo que muito pequena, para a mobilidade social e geracional de pardos e pretos na sociedade pelotense.[33] Ao lado do mulato Domingos José de Almeida e do mestiço de índios Domingos de Castro Antiqueira, tinha-se, agora, o pardo Liberato Pinto Martins, novo charqueador-herdeiro da comunidade, e José I. Bernardes da Costa, que também herdou a charqueada do seu pai. Ambos eram filhos de mulheres egressas do cativeiro. Nesta época, os casos de charqueadores com filhos ilegítimos não foram raros. O capitão José Ferreira de Araújo, por exemplo, teve uma exposta batizada em sua casa, filha de pais

[31] Inventário de José P. Martins, n. 354, m. 15, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1832 (APERS).

[32] Inventário de Ignácio J. Bernardes, n. 217, m. 15, Pelotas, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1838 (APERS).

[33] Sobre esta questão, ver: GUEDES, 2008.

incógnitos. Anos depois, o charqueador veio a reconhecer a paternidade da criança.[34] O charqueador João Duarte Machado, ex-proprietário de uma das mães de um filho de Pinto Martins, reconheceu em testamento a paternidade de uma "enjeitada" que vivia em sua casa.[35] Não é descartável a hipótese de que outros charqueadores tenham se envolvido e tido filhos com pardas e pretas, sem que os mesmos tivessem sido reconhecidos em documentos, mas que fossem de conhecimento dos mais chegados.[36]

Além destas relações não abençoadas pela Igreja, os charqueadores e a população mais pobre também podiam estabelecer vínculos de parentesco por meio do compadrio. No caso dos charqueadores pelotenses desta primeira geração tal fenômeno pode ser verificado. No Gráfico 2, todos os pardos, pretos e índios que encontrei e tiveram seus filhos batizados por charqueadores, entre 1812 e 1825, foram marcados em cor cinza. Também incluí entre estes os pardos filhos ilegítimos de charqueadores citados anteriormente. Uma visão que entendesse que tais vínculos rebaixavam a condição de elite do charqueador poderia supor que estas alianças com tais setores da sociedade estivessem reservadas aos charqueadores de menor riqueza e prestígio social. Mas não é isso que se verifica. É exatamente o setor mais notável da elite charqueadora (os mesmos grifados em preto no Gráfico 1) que concentra as alianças de compadrio com os grupos subalternos (grifados em cinza). Estas teias eram sem dúvida muito mais amplas, pois não contabilizei os compadres e comadres das esposas e dos filhos dos charqueadores e nem incluí nesta análise os batismos de escravos. O compadrio era o lugar primordial para que os possíveis vínculos parentais entre ricos e pobres se estabelecessem, uma vez que, devido à forte endogamia de classe, o matrimônio não estava aberto aos mesmos.[37]

---

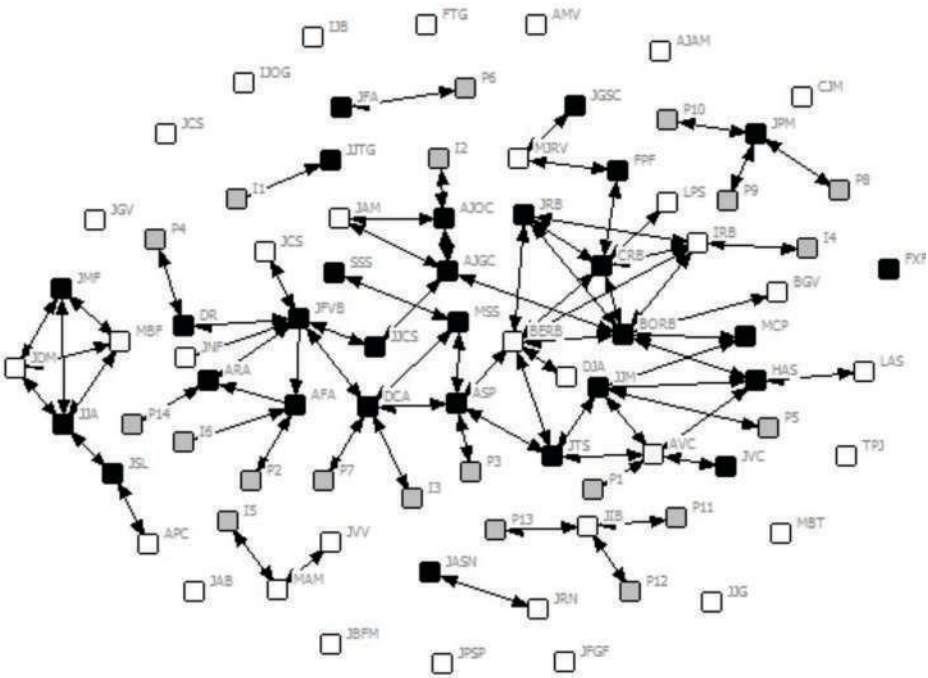
[34] Livro de batismo de livres, n. 1, 06.11.1818, p. 100v (Mitra Diocesana de Pelotas).

[35] Inventário de João Duarte Machado, n. 123, m. 10, Pelotas, 1º cartório de órfãos e provedora, 1828 (APERS).

[36] Para considerações mais aprofundadas sobre isto ver VARGAS (2013).

[37] Isto não significa que os charqueadores menos ricos e de menor prestígio não possuíssem tais vínculos, pois a análise centra-se no 1º livro de batismo dos livres entre 1812 e 1825. Uma pesquisa mais abrangente e que envolvesse os batismos de escravos poderia trazer resultados adicionais, mas não tive fôlego para tanto.

Gráfico 2 – Vínculos de parentesco entre os 62 charqueadores de Pelotas com as classes subalternas a partir dos registros de batismo de livres (1812-1825)



Fonte: Livro de batismo de livres, n. 1 (Mitra Diocesana de Pelotas); Testamentos e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

O estudo do compadrio sob uma perspectiva geracional não deve ser excluído da análise, pois ele também podia envolver a mobilidade social entre compadres de condição inferior. Quanto a isto, posso oferecer um exemplo recorrendo novamente capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. Em 1815, ele batizou a pequena Benigna, filha de Manuela Francisca Moreira e Severino Gonçalves, ambos pretos libertos e casados. Em 1821, a mesma Manuela teve o filho Herculano pardo batizado pelo genro de Francisco dos Anjos, o capitão João de Souza Mursa. E em 1824, novamente Manuela convidou um filho de Francisco dos Anjos, Antônio Rafael, para batizar outro filho seu, desta vez no oratório da charqueada. Nesta ocasião, tanto a criança como o seu pai, Zeferino Inácio da Siqueira, foram classificados pelo padre como "brancos", enquanto Manuela não teve sua cor definida. Mas os

grandes trunfos em arrematar compadres e comadres entre as classes subalternas foram o seu outro filho Domingos e o mencionado genro Mursa. Este era natural do Rio de Janeiro, e batizou duas crianças pardas e dois índios, todos filhos de casais diferentes. O capitão Domingos dos Anjos, por sua vez, batizou outras duas crianças pardas, uma filha de índios e também a pequena Ana, exposta na casa do charqueador José Ferreira da Araújo, a qual, anos depois, reconheceu-se ser filha do próprio charqueador.[38]

Mas estes vínculos de parentesco espiritual do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos com as classes subalternas eram anteriores à criação da freguesia (1812). Analisando os registros paroquiais de batismo de livres e escravos em Rio Grande, entre 1778 e 1797, Rachel Marques verificou que Antônio estava entre os indivíduos que mais foram convidados a batizar. Dos 21 registros no qual ele aparece como padrinho, entre 1781 e 1797, 3 tinham como batizando filhos de escravos, sendo que uma das mães era uma preta de nação.[39] Portanto, Antônio Francisco dos Anjos, um dos homens mais poderosos daquela pequena aldeia, reconhecido por visitadores e comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro enquanto tal, tinha uma notável malha parental composta por escravos, índios, pardos e pretos forros. Na prática, esta diversificada malha de compadres e parentes, onde brancos ricos com distinção honorífica ou patentes ocupavam uma posição de destaque, podia ser acessada em momentos de necessidade, tanto no cotidiano quanto em ocasiões especiais, através de um pedido ou uma retribuição de algo, como, por exemplo, em situações de recrutamento e guerra, disputas políticas e territoriais, períodos de safra ou para obter favores dos mais diversos. O fato de poder manejar esta rede de relações utilizando para isso a influência dos seus compadres pardos e índios também pode ajudar a explicar a posição de superioridade ocupada pelo pequeno grupo de elite aqui estudado, mas isto ainda precisa ser mais bem investigado.

Portanto, creio que este agregado populacional que orbitava às charqueadas devia manter distintos vínculos com esta elite, desde o parentesco até as relações de trabalho, de negócios eventuais ou as abastecendo com gêneros alimentícios produzidos em suas pequenas roças. Esta convivência mais ou menos harmônica andava lado a lado com a dependência econômica para com os abastados senhores e, de forma alguma, evitava a possibilida-

[38] Livro de batismo de livres, n. 1 (Mitra Diocesana de Pelotas).

[39] Agradeço a Rachel Marques pelas referidas informações extraídas dos Livros de Batismo de Livres e Escravos de Rio Grande, ao longo do período mencionado, que ela vem pesquisando em sua Tese de Doutorado ainda inédita.

de de diferentes conflitos no seu cotidiano. Tal estrutura social, mais característica da fase inicial da montagem das charqueadas, ou seja, do colonial tardio, parecia possuir traços muito semelhantes com o que João Fragoso verificou nas unidades açucareiras fluminenses dos séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, aquela paisagem agrária, enquanto espaço econômico de interação social, reunia verdadeiras *aldeias coloniais*, onde a nobreza da terra disputava o poder local aliando-se a outras famílias, relacionando-se com um grupo significativo de dependentes, parentes e agregados de distintas posições sociais (FRAGOSO, 2007). Portanto, olhando para Pelotas, me parece que aquele pequeno mundo construído por charqueadores minhotos, pernambucanos, mineiros, cariocas e rio-grandenses, no final do setecentos, bebia daqueles parâmetros socioculturais que caracterizaram àquelas *aldeias coloniais*, embora a presença de tais traços estivesse se esvaindo e, na segunda metade do século XIX, o mencionado mundinho já havia se desagregado…

Referências

ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados:* escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). PPG-História UFF, 2012. (Tese de Doutorado)

ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons:* produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822. Niterói. ICHF/UFF. 2001. (Tese de Doutorado)

ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano:* Genealogia do Século XVIII – Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EST Edições. 2005.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas:* gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835). Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography,* 19, 4 (1993).

BELL, Stephen. "Innovacón, desarollo y medio local. Dimenciones sociales y espaciales de la innovación". In: *Revista Scripta Nova.* Barcelona. N. 69 (84), 2000.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia critica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas:* a experiência da microanalise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 39-76.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul:* características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825. PPG-História da UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BERUTE, Gabriel S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:* negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). PPG-História da UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado)

BORUCKI, A.; CHAGAS, K.;, STALLA, N. *Esclavitud y trabajo:* Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo: Ed. Pulmón, 2004.

BOXER, Charles R. *O Império colonial português.* São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CERUTTI, Simona. "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII". In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas:* a experiência da microanalise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: IEL, 1961.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder*: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura.* Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. "Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVII e XIX)". In: *História: Questões & Debates,* Curitiba, n. 36, 2002, p. 99-127.

FRAGOSO, João. "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)". In: *Conquistadores e negociantes:* Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 33-120.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho*: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810). UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey:* tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GRENDI, Edoardo. "La micro-analisi: fra antropologia e storia". In: *Polanyi:* dall'antropologia economica alla microanalisi storica. Milão: Etas Libri, 1978.

GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica:* il modello ligure di antico regime. Torino: Eunaudi, 1993, p. VII.

GRENDI, Edoardo. "Microanálise e História Social". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 27-30.

GRENDI, Edoardo. "Repensar a micro-história?" In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas:* a experiência da microanalise. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias:* um estudo sobre o espaço pelotense. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, 1993. (Dissertação de Mestrado)

HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação:* Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). PPGHIS/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

KÜHN, Fábio. "Clandestino e ilegal: o contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)". In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e liberdade:* temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 179-206.

KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal.* Lisboa: Presença, 1979.

IMIZCOZ, José María. "Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquia y patronazgo en la aldeã: la hegemonia de lãs elites baztanesas en el siglo XVIII". In: *Redes familiares y patronazgo:* aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto.* Turin: Rosemberg & Seller, 1985.

LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-História". In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 133-134.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. "Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime". In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *A Micro-história italiana:* escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* São Paulo: USP, 1975.

MANDELBLATT, Bertie. "A Transatlantic Commodity: Irish Salt Beef in the French Atlantic World". In: *History Workshop Journal*, n. 63, 2007, p. 21.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque.* Porto Alegre: Edigal, 1987.

MENEGAT, Carla. *Domingos José de Almeida:* o Estadista da República Rio-grandense. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

MONQUELAT, A. F. *Notas à margem da escravidão.* Pelotas: Ed. da UFPel, 2009.

MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda (Org.). *Optima Pars:* elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas.* Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997, p. 54-55.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822):* diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. UNL: Lisboa, 1995. (Tese de Doutorado em História)

PERREN, Richard. *The meat trade in Birtain (1840-1914).* London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

PERREN, Richard. *Taste, Trade and Technology:* the development of the International Meat Industry since 1840. Aldershot: Ashgate, 2006.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação.* As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIXSON, Derrick. *The history of meat trading.* Nottingham: University Press, 2000.

SILVERMAN, Sydel F. "Patronage and community-nation relationships in central Italy". In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). *Friends, Followers and factions*: a Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of Califórnia, 1977.

SLUYTER, Andrew. "The Hispanic Atlantic's Tasajo Trail". In: *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010, p. 98-120.

STUMPF, Roberta. *Cavaleiro do ouro e outras trajetórias nobilitantes:* as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas. Brasília. PPGHIS/UnB, 2009. (Tese de Doutorado)

THOMSPON, E. P. *Costumes em Comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história.* São Paulo: Ed. da USP, 2005.

VARGAS, Jonas. "As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870)". In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran (Org.). *Nova História de Santa Maria:* contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010, p. 287-320.

VARGAS, Jonas Moreira. *"Pelas margens do Atlântico*": um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em História)

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. "De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)". In: *Revista Anos 90.* Porto Alegre, v. 16, n. 30, dez. 2009, p. 187-214.